



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

**Parecer nº 391/2022 – G3P**

Brasília/DF, 4 de maio de 2022.

**Processo nº** 29950/2014

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Tomada de Contas Especial

**Ementa:**

1. Decisão nº 4347/21: autorização de parcelamento de multa e cobrança judicial.
2. Unidade Técnica sugere o arquivamento.
3. Parecer do MPC/DF **convergente**.

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar prejuízo ao erário, em face da prestação de contas irregular de recursos distritais repassados por meio do Convênio nº 12/2009, firmado entre o Distrito Federal, por meio da SES/DF, e o Município de Santo Antônio do Descoberto – GO, tendo por objeto a capacitação profissional, a aquisição de equipamentos, a contratação de serviços e a manutenção da rede de saúde do referido município.

2. Na etapa processual anterior, na Decisão nº 5221/20 (peça 133), **foram julgadas irregulares as contas** do Sr. David Leite da Silva (Prefeito de Santo Antônio do Descoberto à época do Convênio nº 12/2009-SES/DF), em decorrência da prestação irregular dos recursos recebidos por meio do Convênio nº 012/2009-SES/DF e pelas irregularidades apuradas no Relatório de Auditoria nº 017/2010, **e notificado o aludido indicado para que comprovasse o recolhimento do débito de R\$ 3.518.339,02 (valor original, a ser corrigido).**

3. Por sua vez, na mesma deliberação, foram impostas as multas de R\$ 15.000,00 ao Sr. Augusto Silveira de Carvalho e de R\$ 10.000,00 ao Sr. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto, em virtude de grave infração à norma legal e regulamentar verificada na execução do referido Convênio.

4. Em face da aludida Decisão, o Sr. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto solicitou o parcelamento, enquanto o Sr. Augusto Silveira de Carvalho encaminhou comprovante de pagamento integral (peças 152/153). Por seu turno, em relação ao débito, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

do Distrito Federal encaminhou informações de que os descontos tinham sido implementados na folha de pagamentos do Sr. David Leite da Silva, conforme o anexo (peças 156/158).

5. Nesse contexto, na última deliberação, Decisão nº 4347/21 (peça 165), o Tribunal assim decidiu:

*II – autorizar, com esteio no art. 27 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 214 do Regimento Interno do TCDF, o parcelamento da multa aplicada ao Sr. **Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto** por meio da Decisão nº 5.221/20 e do Acórdão nº 577/20, em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, dando-lhe ciência de que:*

*a) os recolhimentos, mediante Documento de Arrecadação Avulso – DAR, deverão ser feitos até o dia 30 (trinta) de cada mês, após o conhecimento desta decisão, no Código de Receita 5630 – Multas e Juros de Origem Administrativa – TCDF, na Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEC/DF;*

*b) o valor da sanção deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, conforme determinam os arts. 213 e 214 do Regimento Interno do TCDF, podendo os requerentes utilizar o Sistema de Atualização Monetária – SINDEC, disponível na página do Tribunal, em “Espaço do Jurisdicionado”;*

*c) deverão encaminhar ao Tribunal, mensalmente, os comprovantes de pagamento, entregando-os no Serviço de Protocolo e Preservação Documental;*

*d) o atraso, por mais de 30 (trinta) dias, de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor, o qual poderá ser cobrado judicialmente, conforme dispõe o art. 29, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 217, inciso II, do Regimento Interno do TCDF;*

*III – considerar o Sr. **Augusto Silveira de Carvalho** quite com o erário, tendo em vista o recolhimento da multa que lhe foi aplicada pela Decisão nº 5.221/20 e pelo Acórdão nº 578/20 (R\$ 15.000,00, valor original);*

*IV – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator;*

*V – determinar, com fulcro no art. 29 da Lei Complementar nº 1/94, a imediata adoção de medidas visando à cobrança judicial do débito imputado ao Sr. **David Leite da Silva**, por meio da Decisão nº 5.221/20 e do Acórdão nº 575/20, em razão de o parcelamento implementado nos vencimentos do servidor exceder o limite*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA**

*máximo de parcelas estabelecido pelo art. 1º da Lei Complementar nº 833/11;*

*VI – dar ciência desta decisão aos responsáveis nominados e à Procuradoria-Geral do Ministério Público junto a este Tribunal de Contas;*

6. Na Informação nº 59/2022– SECONT/1ª DICONTE (peça 191, p. 6), a Área Técnica informa a cientificação dos responsáveis indicados na Decisão supra (peças 172, 177, 179 e 181).

7. Explica que, em atenção à autorização de parcelamento da multa aplicada ao Sr. Joaquim Carlos da Silva de Barros Neto, foi encaminhado o Memorando nº 255/2021-SS (peça 168), dando ciência da decisão referida à Assessoria Técnica e de Estudos Especiais desta Casa para as providências de sua competência (peça 191, p. 5/6).

8. Em relação ao débito imputado ao Sr. David Leite da Silva, esclarece que já havia sido descontado em folha o montante de R\$ 16.104,95 (peça 185), quando esse desconto foi interrompido diante da Decisão nº 4347/2021, determinando a cobrança judicial em virtude de o parcelamento ora implementado nos vencimentos do servidor exceder o limite máximo de parcelas estabelecido pelo art. 1º da Lei Complementar nº 833/11 (peça 191, p. 8).

9. Na peça 191, p.9, em face do art. 54, III, do Regimento Interno do TCDF, aduz que foram encaminhados dados sobre o aludido débito ao MPJTCDF (peça 188), o qual, por sua vez, enviou à Procuradoria-Geral do DF os elementos necessários à cobrança do débito imputado (peça 189).

10. Diante do exposto, tendo em vista a adoção de providências para a cobrança do débito imputado pela Decisão nº 5221/2020 (Acórdão nº 575/2020), propõe o arquivamento dos autos (peça 191, p. 9).

11. Mediante o Despacho nº 434/2022-SECONT (peça 192), a Secretaria de Contas remeteu os autos a este Órgão Ministerial para manifestação.

12. **É o que basta relatar. Passo a opinar.**

13. Os autos foram encaminhados ao MPC/DF, na forma do art. 1º, inciso I, alínea a, da Resolução TCDF nº 140/2001, cabendo analisar, nesta fase, o cumprimento da diligência fixada na Decisão nº 4347/21.

14. Compulsando os autos, em quota singela, não verifico elementos capazes de afastar o entendimento consignado na manifestação instrutiva, motivo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

pelo qual o MPC/DF converge, *per relationem*, com as sugestões emanadas do Corpo Instrutivo na Informação nº 59/2022–SECONT/1ª DICONTE (peça 191).

É o parecer.

**DANILO MORAIS DOS SANTOS**  
Procurador